



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

EVERTON BRITO DE CARVALHO

MAREIA POLÍTICA: discursos do poder político na Folha do Litoral do Piauí (1961-1964)

PARNAÍBA-PI
2024

EVERTON BRITO DE CARVALHO

MAREIA POLÍTICA: discursos do poder político na Folha do Litoral do Piauí (1961-1964)

Artigo apresentado à Universidade Estadual do Piauí, campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.
Orientador(a): Dr. Danilo Alves Bezerra

PARNAÍBA-PI
2024

EVERTON BRITO DE CARVALHO

MAREIA POLÍTICA: discursos do poder político na Folha do Litoral do Piauí (1961-1964)

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em História, do Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira da Universidade Estadual do Piauí, para a obtenção do grau de licenciado(a) em História. Orientador(a): Dr. Danilo Alves Bezerra

Este exemplar corresponde à redação final do artigo avaliado pela banca examinadora em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Danilo Alves Bezerra (Orientador)
Universidade Estadual do Piauí

Prof. Dr. Francisco José Leandro Araújo de Castro (Examinador Externo)
Universidade Federal Fluminense/ SEDUC-CE

Prof.^a Dr.^a Lêda Rodrigues Vieira (Examinadora Interna)
Universidade Estadual do Piauí

Prof. Dr.^a (Suplente)
Universidade Estadual do Piauí

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente ao meu pai, Francisco de Assis do Nascimento Carvalho, por comprar o notebook no qual consegui desenvolver a pesquisa, sem essa ajuda, nada disso seria possível de acontecer. Também agradeço à minha mãe, Edilene Brito de Melo, por ceder o pouco do seu dinheiro para custear minhas idas à cidade de Parnaíba nos dias em que eram necessários ficar na biblioteca da UESPI pesquisando. Ao meu amigo, Pedro Vagner Silva Oliveira, de quem, sem sua primordial contribuição, esse artigo não aconteceria, pois, me disponibilizou todo o acervo dos jornais que meu recorte histórico trabalha, além das conversas ricas e produtivas que mantivemos durante toda caminhada até aqui.

Aos meus professores do curso de Licenciatura Plena em História na Universidade Estadual do Piauí, em especial ao meu orientador, o professor Dr. Danilo Alves Bezerra, por ter me ajudado a construir esse trabalho com toda paciência e cuidado, qualidades essas que vou carregar comigo por toda minha vida acadêmica. Ao professor Dr. Felipe Augusto Ribeiro, com quem consegui manter os pés no chão durante todo o andamento do artigo científico graças aos seus conselhos na disciplina de Monografia II e também em demais disciplinas ao longo do curso.

Agradeço aos meus professores do Ensino Médio que serviram de inspiração acadêmica nessa jornada de conclusão da graduação, em especial à minha professora de História Esp. Suzana Macêdo Nunes Gomes e minha professora de português Dra. Luzimar Silva de Lima. Agradeço a todos os meus colegas discentes da graduação por fazerem parte dessa jornada do conhecimento junto comigo, em destaque ao meu amigo de estudos, pesquisa e de vida, Raione Francisco Rodrigues da Cruz, me deu todo o apoio nas aulas durante o curso, além de disponibilizar sua casa nos dias de disciplinas no contraturno - todas essas contribuições foram fundamentais para que esse trabalho possa ter acontecido. Além disso, meu muito obrigado a minha amiga Maria Antônia de Araújo e companheiro dessa estrada da vida, Estevão Vítório de Araújo Lira por disponibilizarem computador e celular,

quando fiquei uma temporada sem notebook e sem celular, essa ajuda de suma importância possibilitou minha conclusão de disciplinas remotas e sobretudo o andamento deste TCC.

Por fim, gostaria de agradecer a Universidade Estadual do Piauí e a Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES) ambas essenciais para minha formação, visto que a Universidade me acolheu durante esses quatro anos, e a CAPES financiou meus estudos durante boa parte da minha caminhada na licenciatura.

MAREIA POLÍTICA: discursos do poder político na Folha do Litoral do Piauí (1961-1964)

*Everton Brito de Carvalho
Dr. Danilo Alves Bezerra*

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é compreender como o jornal *Folha do Litoral do Piauí-FL* se posicionou politicamente frente ao Golpe civil-militar, nesse contexto durante o período de 1961 a 1964, utilizamos o método de análise hemerográfica dialogando com autoras como Maria Helena Capelato (1999) e Tânia Regina de Luca (2008) para explicar como esse periódico exerce sua influência na opinião pública local. Além disso, articulamos o conceito de “Poder simbólico” elaborado por Pierre Bourdieu (1989) e de “Força superior dirigente” de Antonio Gramsci (1989) para alinhar como essa influência também opera de forma manipulatória. Com isso, espera-se contribuir para o entendimento das dinâmicas políticas da época e enriquecer o campo de estudos sobre a imprensa regional e sua importância histórica.

Palavras-chave: Folha do Litoral do Piauí; Política; Imprensa; Parnaíba.;

Introdução

A imprensa, de modo geral, é responsável por uma série de formulações ideológicas no mundo desde que seu objetivo principal era apenas circular em massa e com menos tempo. Nós trabalharemos nesta pesquisa o papel formador de opinião da imprensa, e até onde ela mesma pode ser moldada à luz do ambiente em que está inserida. Antes disso, pensemos a pesquisa histórica de qualquer tema como uma análise de fonte, para além daquilo que está descrito nela. Por exemplo, essa pesquisa é uma análise hemerográfica e todo nosso recorte foi analisado para além daquilo que estava escrito, ou seja, com mais criticidade.

É como ler uma biografia e imediatamente pesquisar se aquilo que foi descrito corresponde com o contexto de vida de quem está sendo relatado, afinal, o que uma biografia omite pode ser tão revelador quanto o que ela narra. Usamos esse exemplo da biografia apenas para dar sentido investigativo na pesquisa histórica, sobretudo dentro dos rastros

deixados na fonte que captamos as relações de poder intrínsecas nela. Essas relações de poder referidas, podem ser tanto financeiro como social, no caso do jornal que analisamos, ele segue a linha ideológica de um partido que estava muito forte no começo da década de 1960, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) fundado por Getúlio Dornelles Vargas em 1945. Em Parnaíba, esse partido tinha vários filiados, dentre eles, João Batista Silva, fundador do *Folha do Litoral do Piauí-FL*, exercendo ainda o cargo de diretor chefe do jornal que possuía inicialmente uma linha pró-trabalhista pelo menos até 1964, sendo essa mudança complexa o objetivo da nossa análise. Um ano antes do golpe, nas eleições de 1963, o jornalista foi eleito vereador pelo PTB.

O título “Maresia Política” é o nome de uma coluna do jornal que noticiava a política local e nacional. Além disso, “Maresia” remete ao fenômeno natural dos ventos que parte do litoral em direção ao continente. Essa é a dinâmica de circulação do *Folha do Litoral do Piauí*, que dá sentido ao nome desse matutino, porque ele sopra as notícias políticas da cidade litorânea de Parnaíba para o resto do continente, tal qual o fenômeno que ocorre a partir do oceano e posteriormente, aos transformar-se em ventania, refrigera a terra. O recorte dessa pesquisa é de 1961 até 1964 porque, no início dos anos sessenta, o Piauí passava por uma onda de desenvolvimentismo proposta pelo então governador petebista José Caldas Chagas Rodrigues (Castro, 2021, p. 90). Além disso, o ano de 1961 é o mais próximo da data de fundação desse jornal, conforme o acervo disponível. Nessas condições, procuramos observar a formação estrutural da folha na primeira sessão do trabalho.

Os anos seguintes que seguem, respectivamente, 1963 e 1964, são os anos de eleições municipais e o Golpe Civil-Militar. Conforme destacou Carlos Fico, o golpe de 1964 não foi apenas uma intervenção militar, mas contou com significativa participação de setores civis, os quais contribuíram ativamente para a legitimação e manutenção do regime autoritário. Considerando essa questão do contexto ditatorial, busca-se responder neste recorte à seguinte pergunta: como o jornal *Folha do litoral do Piauí* se posicionou politicamente mediante às ruínas da democracia no ano do golpe civil militar? Diante disso, precisamos entender o recorte histórico que estamos analisando no periódico em questão e seus desdobramentos

dentro da cidade piauiense de Parnaíba. As edições de 1964 do *FL* são inéditas porque embora haja pesquisas sobre 1964 no Piauí, nenhuma delas utiliza essa fonte nesse recorte, e a organização dessa fonte analisada em um artigo científico abrirá novos problemas e novos objetos para os historiadores que irão lançar mão desse período, concluindo a relevância acadêmica do jornal *Folha do Litoral do Piauí* ser pesquisado exatamente nesses primeiros quatro anos de existência. O recorte encerra em 1964 o ano do golpe porque vamos compreender as mudanças que o periódico fez diante do fim da democracia naquele período. Tal contraste é discutido na seção três e final do presente artigo. Todas as edições do *Folha do Litoral do Piauí* fazem parte do acervo hemerográfico organizado pelo grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Sociedade, Imprensa e Literatura piauiense (NESILPI) da Universidade Estadual do Piauí, trata-se de um acervo digital com fotografias das edições do *FL que estavam* guardados na casa do ex prefeito Lauro Correia Lima. É importante destacar também que as versões físicas dos anos 1970 - 1980 estão disponíveis para leitura e pesquisa no acervo físico da biblioteca do SESC Caixeiral, no centro de Parnaíba.

A formação do Jornal Folha do Litoral do Piauí

O jornal *Folha do Litoral do Piauí* circulou entre 1959 (data de sua fundação) até aproximadamente¹ 1988, sua primeira proposta era de circular apenas aos domingos, mantendo-se assim em seus quatro primeiros anos de vida, mas conforme foi conquistando assinantes, se tornou bissemanário da cidade de Parnaíba em 1963. Segundo o historiador Celso Pinheiro Filho: “Parnaíba teve oportunidade de possuir jornais antes mesmo que Oeiras e Teresina” (Pinheiro Filho, 1997, p. 106). A difusão de jornais é mais densa em regiões de ligação marítima (Pinheiro Filho, 1997, p.106), ou seja, com esse fator, Parnaíba tinha ao seu favor a localização geográfica litorânea para circular melhor seus periódicos, sendo assim a circulação de periódicos e comunicação em Parnaíba, foi gradualmente tomando corpo. Em 02 de agosto de 1923, Benedito dos Santos Lima, mais conhecido por *Bembém*, fundou o

¹ Está como “aproximadamente” porque as fontes disponíveis para acesso acabam nesse recorte, portanto, embora possivelmente ele tenha circulado anos depois, não é possível afirmar o ano exato devido a ausência de acervo da fonte acessível.

Almanaque da Parnaíba, recheado de notícias, história do Piauí, informações regionais e até mesmo nacionais (Pinheiro Filho, 1997, p.108).

O público-alvo do *Folha do Litoral do Piauí* eram os cidadãos da cidade litorânea de Parnaíba, e os redatores principais, em maioria homens, eram, Jefferson Rodrigues Moreira, João Batista Carneiro, Lauro Correia Lima (ex-prefeito de Parnaíba), Sérgio Nóbrega de Oliveira, Herbert Castelo Branco, Elias Ximenes do Prado (vereador de Parnaíba eleito no pleito de 1963 sendo o mais bem votado daquela eleição), Miguel do Nascimento do Prado e Rubem Freitas. João Batista da Silva, o fundador do *Folha do Litoral*, foi eleito vereador em 1963 em Parnaíba pelo PTB. À época, o jornal tinha como diretor-secretário Jefferson Rodrigues Moreira.

Embora o principal espaço de circulação fosse a cidade de Parnaíba, o jornal afirmava refletir em outros estados da federação e penetra todas as camadas sociais com apoio de classes conservadoras e do comércio em geral. O *Folha do Litoral do Piauí* passou quatro anos como hebdomadário e, em 1963, tornou-se bi-semanário. “A segunda fase do FL, como bi-semanário; em tempos não remotos, sua terceira fase como jornal diário, a maior glória dos que compõem seu corpo redacional na concretização de um ideal elevado.” (FOLHA DO LITORAL, 09/1963, p.01). O jornal estampava em suas páginas notícias de diversas partes do estado, como, por exemplo, a coluna “Flashes da capital” assinada por João Batista Carneiro, nela, eram veiculadas as notícias de Teresina. Em suas páginas, o jornal ainda contemplava Buriti dos Lopes, Cocal, Luís Correia e outras cidades, recebendo até mesmo contribuições de pessoas fora do Piauí, como Rubem Freitas, que escrevia direto da antiga capital federal na coluna “Carnet social”. Essa coluna social noticiava a classe média de Parnaíba (FOLHA DO LITORAL, 11/1963, p. 02), em suma formada por médicos, engenheiros e empresários locais, na qual eram descritas suas festas em comemoração a algum evento tradicional, como “a rainha das flores” ou bailes noturnos promovidos no Igara Clube.

Teresina era coberta a partir da seção “Crônica Teresinense”, assinada por Iracema Santos Rocha da Silva, cunhada do diretor-chefe do jornal. Isso implicou uma certa proximidade da autora com o processo de escolhas na configuração do periódico, não é à toa que seus artigos eram frequentes e embora sofresse dificuldades no preço da folha, passando por uma série de reajustes devido à inflação intensa no Brasil. A exemplo disso, em 1961 o número avulso custava Cr\$ 5,0 e tinha entre 8 a 10 páginas. Em 1962 e 1963 o valor passou para Cr\$ 20,00, sendo reajustado para Cr\$ 30,00 em 1964. Tais mudanças no valor da folha

mudavam conforme o preço do papel aumentava, todos os reajustes eram justificados partindo dessa motivação. O jornal também denunciava como as pessoas pobres estavam sofrendo com a carestia dos produtos alimentícios na cidade. Dentro dos mercados públicos municipais, o valor da carne de segunda aumentava cada vez mais em Parnaíba (FOLHA DO LITORAL, 11/1962, p.01) e a problemática do aumento do custo de vida era amplamente discutida no periódico.

Como foi dito anteriormente, nos anos 1960, as linhas de Iracema Rocha da Silva estavam constantemente presentes, a colunista, com Raimundo Ferraz Filho, proprietário da Gráfica Americana, assinavam artigos de demasiado teor ideológico e de denúncias sociais, como, por exemplo, questões de educação pública, saneamento básico e política. É no artigo assinado pela colunista Iracema Santos Rocha da Silva que o termo “anticomunismo” aparece pela primeira vez dentro do jornal (FOLHA DO LITORAL, 01/1963, p.03). Além de Teresina, temos outras capitais do nordeste e fora dele. Nas páginas da *Folha do Litoral do Piauí* são essas: Fortaleza, no qual existia a seção “Tópicos Cearenses”.

Há quem diga que Parnaíba é uma cidade decadente. O nosso entrevistado Dr. Bruce Clark diz pensar, no entanto, diferente. Afirma ele que não há cidade no mundo situada no delta de um grande rio, como é a nossa, que não seja progressista. A Associação Comercial de Parnaíba, como ninguém desconhece, é o órgão de representação das classes produtoras da cidade. Segundo o nosso entrevistado, os problemas dependem enormemente da indústria e do comércio que encontram na ACP, a sua força máxima de expressão.

Naquele momento, durante a gestão do governador petebista Chagas Rodrigues (1962-1963), o Piauí foi marcado pelo desenvolvimentismo sintomático da época, e para Bruce Mendonça Clark, como vimos, o problema da “decadência” de Parnaíba, por ele contestado, se devia a uma falta de investimento no comércio. A cidade precisava entrar junto ao estado na onda progressista de indústria e desenvolvimento. Sobre desenvolvimento, o Piauí necessitava de investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, órgão focado em desenvolver economicamente a região Nordeste tal qual era investido na região Sul. Inclusive no jornal *Folha do Litoral*, as viagens do redator-chefe João Batista Silva, na condição de vereador ao lado do prefeito eleito no pleito de 1963, indicam notícias de como andavam as questões de energia elétrica. Essas relações com a SUDENE eventualmente eram destaques nas primeiras páginas do periódico e as viagens

eram feitas para cobrar uma usina elétrica para a cidade de Parnaíba. Na próxima sessão entenderemos melhor por que eram tão frequentes tais cobranças.

O jornal permaneceu circulando em Parnaíba com influência em classes hegemônicas e do comércio em geral, apesar das dificuldades financeiras que passou. João Batista Silva, vereador de Parnaíba do PTB, mesmo partido de Lauro Correia (prefeito de Parnaíba que assumiu em 1963) também foi deputado estadual no começo da década de 1970, vice-prefeito na gestão Elias Ximenes do Prado (1973-1977), tornando-se o próximo prefeito de Parnaíba pelo MDB (Moura, 2019, p. 29). Nesse caso, percebemos aquilo que mais chama atenção para essa pesquisa, o caráter político denso que se desenvolve nesse periódico no tempo. Como afirma o historiador Gustavo Moura:

O Jornal Folha do Litoral circulou nas décadas de 1960 e 1980. Carregou em suas edições os dizeres "Independente e Noticioso", tomando essa frase como um lema que, na prática, destoava das escolhas e pessoas envolvidas no periódico. Assim como outros periódicos da região, tinha vínculos com a política local e, por conta disso, eram constantes as críticas que alegavam propaganda política dos detentores de cargos políticos. Um de seus fundadores e diretor, J. Batista da Silva, foi eleito Prefeito da cidade de Parnaíba pelo MDB, exercendo mandato entre 1977 a 1983. Neste período, o jornal Folha do Litoral era acusado pelos outros periódicos constantemente, sob a alegação de que era um órgão midiático propagandístico da Prefeitura municipal e não informava à população a verdadeira realidade regional.

Como o referido historiador argumentou, o jornal destoava de sua proposta de ser crítico ou independente. Na realidade, para além do recorte em que esse historiador analisou, durante o começo dos anos 1960, percebemos, ao compararmos a respectiva edição de 1963 com as anteriores, no ano de eleições municipais, o jornal foi propagandista de Lauro Correia Lima, prefeito eleito em 1963 pelo PTB. Não é explícito a lisonja que ocorre neste jornal sobre a política municipal, mas se observarmos bem, era o primeiro ano de mandato de Lauro Correia. Era preciso manter uma imagem limpa, pelo menos em situações desafiadoras, porque os parnaibanos precisavam acreditar que fizeram a escolha certa, esse é um exemplo dessas notícias de 1963:

O PREFEITO ASSUME O COMANDO: O chefe do executivo parnaibano, Dr Lauro Correia, pessoalmente, assume o comando de defesa das populações atingidas. Após proclamar a cidade em calamidade pública, dirige telegramas ao chefe da nação, autoridades federais e Governador do Estado comunicando o drama do nosso povo e solicitando recursos adequados. Neste sentido, apelou aos ofícios da representação piauiense no Congresso Nacional. Entre as inúmeras providências adotadas, solicitou ao Governo do Estado a liberação dos seus prédios públicos para acomodação dos desabrigados, instalou novas bombas de sucção em locais apropriados e obteve prontamente a colaboração da Comissão dos Portos. Rios e Canais que forneceu algumas dragas para a retirada das águas da “Quarenta” e “Coroa” reuniu-se com a associação Comercial em torno do assunto e já obteve galpões do comércio para alojamento de famílias desabrigadas. Permanece trabalhando em consonância com várias entidades de classes, especialmente com o

clero, que tem emprestado sua inestimável colaboração (Folha do Litoral, 1963, p. 01).

Nesta edição, o jornal destacou que o prefeito: “Assume o comando de defesa das populações atingidas”. É importante relembrar como a sentença funciona na ideia principal do texto. “O chefe do executivo”, acompanhado de “comando de defesa”, cumpre uma semântica de se referir não há qualquer sujeito, mas ao defensor do povo parnaibano, aquele que cuida do povo. O poder Executivo não trabalha sozinho, não existe só o prefeito em uma gestão democrática. Quando entendemos que esse era o primeiro mandato do recém-prefeito, tudo isso se encaixa. Ele é quem toma as “inúmeras providências” para ajudar no caso da inundação dos bairros pobres descritos acima.

Essa relação entre imprensa e propaganda política tem um sentido específico no qual a historiadora Maria Helena Capelato definiu que “a propaganda política atua no sentido de aquecer as sensibilidades e tende a provocar paixões, os sentimentos, fenômenos de longa duração, são manipulados de forma intensa pelas técnicas de propaganda para produzir forte emoção” (Capelato, 1999, p.168). Na ambição de causar paixões aos parnaibanos, o jornal propagandista, do lado de Lauro Correia, o encaixou como o “defensor”. O acervo de 1963 disponibilizado para essa pesquisa pertenceu ao ex-prefeito Lauro Correia, ele rabiscou e destacou uma série de notícias do periódico em que era elogiado. Não é coincidência, observe a nota que ele fez questão de circular em caneta azul:

Graças ao entendimento pessoal do Dr. Lauro Correia com a Sudene, teremos a inauguração da turbina em março próximo, desafogando-nos das necessidades mais urgentes de energia elétrica e na mesma ocasião, o início das obras de abastecimento d'água, com a presença do Dr. Celso Furtado, superintendente da Sudene.

Parnaíba terá, assim, a satisfação de ver concretizada, em março, uma solução, embora parcial, para o premente problema de energia elétrica além da esperança de seu futuro serviço de abastecimento d'água que vem se arrastando, infelizmente, desde 1941, quando da gestão do prefeito Mirocles Veras.

O povo, com justiça, já estava descrendo da Sudene em Parnaíba, a montagem da encantada turbina de 900 KW aí está se eternizando, desde 1960. Felizmente, agora melhores perspectivas se nos apresentam, até que enfim, vai desencantar...

Os problemas da cidade, estruturados e equacionados, estão sendo dinamizados, embora a passo de cágado, em virtude da insistência do prefeito local. Que seria de nós, se não fossem essas persistências e insistência, por vezes excessivas e até irritantes, do Dr. Lauro Correia? Água mole em pedra dura... É preciso que se diga a verdade (FOLHA DO LITORAL, 1964, p. 01).

O periódico cumpre a função de denunciar o problema da falta d'água em Parnaíba, que segundo o próprio veículo, somente cinco cidades possuíam água encanada, e Parnaíba mesmo com sua influência econômica no Norte e Nordeste, ainda se encontrava no rastro da ausência de água encanada, e esse problema é resolvido com ajuda da Sudene e do prefeito Lauro Correia em 1964. Esse artigo está localizado na primeira página do jornal, mesmo lugar em que no cabeçalho foi impresso em destaque, direcionando o leitor a uma matéria na qual ilustra a ação da Intendência em favor do povo parnaibano. Embora o jornal não seja um espelho da realidade na totalidade, ao pensarmos determinado período histórico a partir dessa fonte, não é descartável entender que as decisões tomadas dentro dele até o momento de publicação fazem parte de uma estrutura política e social específica de um tempo, isso pode ser explicado melhor conforme as produções de Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca:

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir a transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira (Martins; Luca, 2008, p. 08).

Ou seja, os jornais fazem parte da História do Brasil porque são objetos dela, como destacou acima Tânia Regina de Luca. São nos periódicos que podemos observar para além daquilo que a redação descreve, o contexto histórico. Sendo assim, essas fontes possuem um poder significativo dentro desse processo. O sociólogo francês Pierre Bourdieu desenvolve um conceito chamado de “Poder simbólico”, no qual ele explicou sobre formas de poder “Invisível” que operam sobre a cultura e a língua. Nesse sentido, a produção e reprodução de categorias de percepção que constituem visão de mundo, em particular da política se conectam a grandes grupos de comunicação que controlam a produção e difusão dos bens culturais, ou seja, a partir de um poder “invisível” simbolicamente esses grupos exercem o poder sobre uma sociedade de forma arbitrária (Bourdieu 1990). Portanto, esse é o poder significativo no qual nos referimos, porque é com ele que o periódico consegue formular a opinião pública.

Dito isso, cabe ao historiador historicizar as informações descritas dentro do periódico a fim de compreender sobre tais processos. Desde a prensa de Johann Gutenberg (1400-1468) e os primeiros jornais modernos, a noção que tínhamos de circulação de qualquer conteúdo mudou completamente, porque a concentração dos meios de comunicação na contemporaneidade produz riqueza e conglomerados midiáticos, importantes para formação

de opinião pública (Cruz, Peixoto, 2007, p. 257). Ou seja, o jornal enquanto meio de comunicação se encaixa nesse eixo de formular uma visão de mundo, portanto, ocupa a categoria de um dos detentores de poder simbólico descrita acima por Bourdieu.

Aplicando isso à *Folha do Litoral*, suas páginas trazem, no começo da década de 1960, com muita força, o apoio favorável à Reforma Agrária, grande projeto defendido durante o governo de João Goulart. Como o próprio jornal trazia na capa ao lado direito do cabeçalho: “Terra para o homem do campo, sim. Mas, primeiro que tudo, erguer do chão o homem do campo, dar-lhe escola, saúde, assistência, dignidade, ambientação” (FOLHA DO LITORAL, 06/1963, p.01). Conforme o economista João Pedro Stédile, a Reforma Agrária era uma pauta da classe trabalhadora e naquele período ganhava grande adesão desde 1961 com a “Primeira proposta de Reforma Agrária unitária dos movimentos camponeses do Brasil” (Stédile, 2005, p. 73). Assim como em outros lugares do Brasil, por aqui no Piauí, a Reforma Agrária não foi uma questão que agradou setores conservadores, pelo contrário. Segundo o historiador Leandro Castro:

O que, de certa forma, causou alvoroço em grupos mais conservadores, sobretudo no que se refere às pautas da reforma agrária, que foram amplamente discutidas na imprensa piauiense, como reflexo do clima de acirramento em torno dos projetos políticos que marcaram o país no início dos anos 1960 (Castro, 2021, p. 91).

O jornal analisado no início da década de 1960 confirma essa discussão porque, conforme o ano de 1964, o FL diminuiu o debate sobre Reforma Agrária em suas páginas e alimentou um tom anticomunista em seus artigos. O matutino começou a fazer isso logo após a confirmação da “Revolução de abril” e todo seu apanhado de artigos semanais de apoio à classe trabalhadora do campo foi substituído por discussões sobre Cuba e Venezuela. Sendo assim, até aqui podemos entender a formação do *Folha do Litoral do Piauí*, no entanto, precisamos entender qual foi a contribuição do PTB no Piauí que influenciou grande parte das suas publicações, embora não se possa afirmar que o periódico era completamente favorável ao partido, principalmente em tempos de desenvolvimentismo do Estado e de busca por recursos através da SUDENE. Soma-se a isso compreender o papel do jornal local na interpretação de eventos políticos nacionais, afinal essa fonte encaixa-se fielmente a todas as polêmicas políticas de seu contexto histórico. Para isso, o texto agora entrará em sua segunda

parte, na qual iremos refletir sobre todos esses itens elencados e analisar essa densidade política do jornal.

A próxima etapa se concentra em investigar como o PTB influenciou o posicionamento da *Folha do Litoral do Piauí*, especialmente em um contexto de desenvolvimento regional e busca por recursos da SUDENE. Além disso, será fundamental analisar o papel desse periódico local na interpretação dos eventos políticos nacionais, considerando que ele reflete de forma nítida as controvérsias e tensões políticas da época. Com isso, será possível compreender mais profundamente a densidade política que permeava suas publicações.

O Jornal *Folha do Litoral* em tempos de Piauí petebista e na política de João Goulart

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) simbolizou durante muito tempo (até mesmo antes dos anos sessenta) o signo da modernização econômica. Naquele momento, a construção discursiva da imprensa piauiense sobre os petebistas, principalmente o governador do estado do Piauí, Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, e de seu irmão, prefeito eleito em Parnaíba no pleito de 1958, José Alexandre Caldas Rodrigues, era de imprimir a esses líderes, a ideia de que viriam trazer ao Piauí o desenvolvimento (Castro, 2021, p. 90). Essa era a corrente de imprensa no início dos anos 1960: Piauí com mais otimismo na integração econômica nacional. A linha editorial, nesse contexto, passou a valorizar ideais petebistas da modernização do Piauí, tudo isso alinhado ao contexto econômico do Brasil na época, como afirmou Leandro Castro:

Do ponto de vista prático, durante a gestão do petebista Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (1958-1962), houve amplo investimento por meio de sua política desenvolvimentista, na abertura de estradas de rodagens, por parte da iniciativa estadual, bem como na busca de melhorias nos recursos energéticos locais, pois estes grupos estavam afinados com a necessidade de integração do Piauí ao contexto econômico nacional (Castro, 2021, p. 91-92).

O “desenvolvimentismo” a que o historiador se refere diz respeito à ampliação de pautas reformistas. Como vimos, essas pautas atraem o sentimento anticomunista de uma parte conservadora, como reação à emergência de setores populares nos espaços de decisão, por força dos sindicatos e confederações de trabalhadores (Castro, 2021, p. 94-95). A classe trabalhadora organizada em sindicatos, se posicionando frente às propostas políticas, como a Reforma Agrária, em um contexto marcado pela forte concentração de terra na mão dos ricos, é uma questão recorrente no coração dos anos 1960. Por outro lado, o Piauí na imprensa

nacional era lido como um estado que necessitava com urgência dos investimentos em infraestrutura condizentes com o que era investido em outros lugares por meio da SUDENE (Castro, 2021, p. 94-95). Esse órgão, que tinha como superintendente Celso Furtado (constantemente mencionado no jornal nos anos 1960), com frequência era cobrado pela redação do FL. João Batista Silva fez várias viagens para Recife visando angariar recursos para Parnaíba e todas as tentativas de comunicação direta com Celso Furtado eram registradas no periódico.

O jornal noticiava e elaborava investidas na capa da folha, com críticas à lentidão dos serviços da Sudene, isso aconteceu em muitas edições da *Folha do Litoral do Piauí* no último ano de mandato do Governador Chagas Rodrigues. Para contextualizar a importância da Sudene no Piauí durante os anos 1960, precisamos entender qual era a sua função, segundo Anderson Cardozo:

O final da década de 1950 trouxe um ar de esperança para o povo nordestino, tendo como marco a nomeação, pelo presidente Juscelino Kubitschek, de Celso Furtado como interventor do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Após apresentar os resultados dos estudos que vinha realizando junto ao GTDN, Furtado recebeu a incumbência de elaborar um plano de política econômica para aquela região, o que posteriormente levou à criação da Sudene (Lei nº. 3.692), com Celso Furtado como primeiro superintendente. Uma das metas da Sudene era o desenvolvimento industrial, esperando-se que a indústria possibilitasse a criação de novos empregos a fim de reter na região a mão de obra que vinha migrando de forma muito intensa para o Sudeste e o Sul do País (CORREIA DE ANDRADE, 1988).

Havia, como o autor destaca, um importante objetivo na criação desse órgão. Mas no Piauí, essa aspiração sofreu uma série de dificuldades, principalmente porque a economia vigente da época era a agropecuária e tudo se resumia ao cultivo e à zona rural. Dito isso, é fundamental entendermos que em Parnaíba esse caso não era diferente, como industrializar um estado que nem sequer tinha geração de energia elétrica eficiente? O *Folha do Litoral* aponta sobre essas necessidades no abastecimento de energia de forma recorrente, seja para o uso industrial ou mesmo doméstico.

Além disso, antes dos anos 1960, o estado do Piauí ainda não era parte do nordeste, e sua invenção tardia como parte dessa região brasileira dificultou na remoção de uma série de estigmas vigentes na imprensa local da época, como o Piauí sendo o estado do “atraso” e da “seca” (Rabelo, 2027, p.38). O uso desses estereótipos pela imprensa refletia tanto a visão externa quanto a interna sobre o Piauí, criando barreiras para o desenvolvimento de uma identidade regional mais positiva. O *Folha do Litoral do Piauí*, ao tratar do abastecimento de energia, denunciou uma necessidade que se alinha com o contexto de modernização defendido pelo governo federal, mas também expôs a lenta superação de problemas históricos.

Como apontamos acima, a Sudene fez investimentos no Piauí nessa época, porque os principais problemas enfrentados pelo povo eram a falta d'água e de luz elétrica. Nas edições de 1964, o jornal trazia reclamações da lentidão dos serviços da Sudene na construção da usina elétrica. Segundo o periódico, “a famosa Usina da Sudene que há cerca de 3 anos está sendo montada em Parnaíba, permanece como cerca de um mês, com a instalação de sua turbina paralisada, Acabamos de passar 3 dias nas trevas com nossas atividades paralisadas”. O artigo foi encerrado com a seguinte questão: “Até quando, senhores?” Comparando essa edição do jornal com outra do ano anterior (1963), confirmamos que a situação da energia elétrica local continuava complexa, mesmo com a ajuda da Sudene. Observemos:

Está a administração municipal atual empenhada a fundo para solucionar os dois maiores problemas que afligem a população de Parnaíba, ao mesmo tempo em que vêm eles desafiando sucessivas administrações passadas: Água e Luz. Conquanto já esteja o assunto equacionado, é de crer-se entretanto que a sua concretização só se dará um pouco mais tarde, tais e tantas são as particularidades que envolvem a realização de empresa de tal monta. (*Folha do litoral do Piauí*, Parnaíba, 1964, p.05)

Com esses dois grandes problemas a enfrentar, Parnaíba estava passando por um período de crise energética e de abastecimento. O jornal cobriu toda essa crise e se posicionou a favor do progresso e de dias melhores para os parnaibanos. O Piauí nessa época possuía três grandes demandas, sendo elas a Ferrovia, a Barragem de Boa Esperança e o Porto Marítimo de Luís Correia, todas aparecendo com vigor no periódico analisado. Escolhemos apontar aqui somente o Porto porque se alinha ao recorte da pesquisa e reforça a premissa de que o jornal era apoiado por trabalhistas do Piauí. A demanda da elite piauiense por um porto marítimo teve como justificativa principal o escoamento da nossa produção em outros lugares (Castro, 2021, p. 910). No bissemanário parnaibano, o posicionamento pró-Porto de Luís Correia², um dos signos de desenvolvimento e progresso para o Piauí durante toda a década de sessenta, era recorrente e vigoroso. Para Leandro Castro:

No final dos anos 1950 e início da década de 1960, as velhas queixas dos grupos econômicos locais, como a construção e término do Porto de Luís Correia, longamente reclamado como uma possível solução para o escoamento da produção extrativista, foram novamente ventiladas como urgente e agora palpáveis pois, finalmente, para os grupos locais, havia sido eleito um governador do estado oriundo da cidade de Parnaíba. Nas fontes impressas às quais tive acesso durante esta pesquisa, fica notório o quanto os jornais de circulação local foram utilizados nas celeumas político-partidárias naquele quadrante histórico.

² Segundo o historiador Leandro Castro: “A construção do porto de Luís Correia - cidade litorânea, distante pouco mais de 16 km de Parnaíba - é uma antiga reivindicação das classes comerciais piauienses. Durante muito tempo, desde o século XIX, o porto foi apontado como possível solução para o desenvolvimento econômico do estado.”

O historiador chama atenção para o seguinte fato: a agitação dos jornais locais, mas não apenas por conta do Porto, mas sim, sua simbologia de progresso. Esses periódicos debatiam mediante um dos partidos políticos que estavam fortes nessa época: o PTB. O jornal *Folha do Litoral do Piauí* tinha vínculo com os grupos trabalhistas parnaibanos, portanto, se inclui nessa lista. Vamos conhecer um pouco mais sobre esse partido e porque ele tem tanta relação com o jornal estudado. Segundo a historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado:

O PTB constituiu-se como um dos vértices da estrutura triangular partidária que se tornou hegemônica no conjunto dos partidos fundados em 1945. Na época do seu registro alicerçou sua organização sua organização nos sindicatos urbanos e na burocracia do Ministério do Trabalho. Seus principais quadros foram recrutados entre operários e demais trabalhadores sindicalizados e também junto aos funcionários públicos que integravam a poderosa máquina do Ministério do Trabalho em todo território nacional.

A historiadora argumentou a influência do PTB a nível nacional, apontando principalmente as características do porquê dessa influência. A inclusão de pautas sociais foi o diferencial que justificou sua força desde 1945 até 1964 na Câmara Federal (Delgado, 2003.) O periódico analisado entra nessa conjuntura nacional à medida que a maior parte dos colonistas eram ligados ao PTB, e nos anos 1960 o debate da Reforma Agrária dentro dessa fonte se intensifica, isso configura a relação do partido com o *Folha do Litoral do Piauí*. É importante apontar que nesse período, entre 1961 e 1964, o Presidente do Brasil era João Goulart (PTB).

O próprio jornal trazia na capa ao lado direito do cabeçalho: “Terra para o homem do campo, sim. Mas, primeiro que tudo, erguer do chão o homem do campo, dar-lhe escola, saúde, assistência, dignidade, ambientação.” A Reforma Agrária era uma pauta da classe trabalhadora e naquele período ganhava grande força desde 1961 com a “primeira proposta de Reforma Agrária unitária dos movimentos camponeses do Brasil” (Stédile, 2005, p. 73). Segundo o economista João Pedro Stédile:

A característica principal da situação agrária brasileira é o forte predomínio da propriedade latifundiária. Com uma população rural de cerca de 38 milhões de habitantes, existem no Brasil apenas 2.065 mil propriedades agrícolas existentes. Neste número incluem-se 70 mil propriedades latifundiárias, que representam 3,39% do total dos estabelecimentos agrícolas existentes, mas que possuem 62,33% da área total ocupada do país. É o monopólio da terra, vinculado ao capital colonizador estrangeiro, notadamente o estadunidense, que nele se apoia, para dominar a vida política brasileira e melhor explorar a riqueza do Brasil. É ainda o monopólio da terra o responsável pela baixa produtividade de nossa agricultura, pelo alto custo de vida e por todas as formas atrasadas, retrógradas e extremamente penosas de exploração semifeudal, que escravizam e brutalizam milhões de camponeses sem terra. Essa estrutura agrária caduca, atrasada, bárbara e desumana constitui um entrave decisivo ao desenvolvimento nacional é uma das formas mais evidentes do processo espoliativo interno.

A reforma agrária era um assunto que gerou muito debate durante os anos sessenta, no jornal ela aparece alinhada ao sentido de neutralidade jornalística. Antonio Gramsci destacou que os jornais e a imprensa precisam se reafirmar independentes para serem reconhecidos pelo público como força superior dirigente (Gramsci, 1991, p. 22-23). No geral, os jornais não são neutros e não têm como confirmar essa imparcialidade, porque ela é inexistente. O filósofo italiano apontou para uma realidade propagandista comum a todo periódico que tem intenção de vender bem. Aplicando isso ao *Folha do Litoral do Piauí*, cujo bordão “crítico, independente e noticioso” que o acompanhou até o fim de sua trajetória, confirmamos que sim, ele se coloca como a força superior na qual Gramsci argumenta, no entanto, não existe jornal neutro.

Por meio dessa reflexão, é possível concluir que a imprensa desempenha um papel essencial na mediação do poder político e social, funcionando como um instrumento de hegemonia, como bem discutido por Gramsci. A atuação de jornais como o *FL* reflete essa luta pelo consenso cultural, onde a construção de uma identidade "independente e crítica", se torna uma estratégia para legitimar sua influência. A imprensa revela sua função enquanto agente político, moldando percepções e consolidando discursos.

O ano do Golpe Civil-Militar e o Jornal *Folha do Litoral* (1964)

Como podemos concluir no tópico acima, o PTB é o partido de posicionamento da redação do jornal *Folha do Litoral*, pró-trabalhista, até o momento do golpe de 1964. Isso significa que o periódico fez reformas internas em sua maneira de comunicação. As condições da Ditadura Civil Militar exigiram um novo posicionamento do jornal. Esse é o contraste que iremos analisar nesta última sessão, bem como refletir sobre a memória desse período. Na citação seguinte, de Marylu Alves, a historiadora destaca uma singularidade importante para entendermos o contexto da imprensa piauiense no quadrante político entre os anos cinquenta e sessenta:

(...) Ao se tentar refletir sobre a cultura política partidária no Piauí, observou-se que a investidura dos partidos na produção sistemática de jornais impressos diante de uma população enormemente iletrada pode ajudar na compreensão da forma de exercício da política praticada no Estado. Para quem os “jornalistas” escreviam? Para os leitores-eleitores dos partidos certamente, mas, de forma especial, para os próprios políticos locais (...)

A reflexão proposta por Marylu Alves sobre a imprensa piauiense oferece uma chave de leitura essencial para compreendermos o vínculo intrínseco entre mídia e poder político no período, especialmente no caso do periódico aqui estudado. A historiadora acentua a fórmula

de atuação dos jornais da época: conexão aos partidos. O contraste entre o período pré e pós-1964, como destacado, reflete a adaptação estratégica da *Folha do Litoral do Piauí*, que se afastou da linha pró-trabalhista para garantir sua sobrevivência em um novo cenário de censura e controle. Dessa forma, o estudo desse periódico no contexto ditatorial revela não apenas sua flexibilidade editorial, mas também a complexa relação entre mídia e política no Brasil.

De modo geral, o século XX foi conturbado porque todos os acontecimentos pareciam uma reação em cadeia que não acabava mais. O historiador Eric Hobsbawm traçou isso a partir do conceito de “Breve século XX”, no qual ele afirmou que: “A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX”. Ou seja, quase todos os jovens hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que viviam (Hobsbawm, 1995, p.13). Dito isso, o nosso papel com a memória não é meramente cronista, mas recordar e historicizar essa memória tão presente, por exemplo, em trabalhos que discutam a memória da Ditadura civil-militar no Brasil.

A partir do recorte espacial da cidade de Parnaíba, Leandro Castro explicou as questões das profundas disputas de memória da ditadura que causam apagamentos e construção de novos significados referentes a uma direita conservadora e reacionária. Sobre essa construção de memória, ele destacou:

Alguns agentes, por meio de determinados usos políticos do passado, insistiram em apontar que Parnaíba não viveu nenhum reflexo direto do golpe, pois a cidade naquele momento, não teria tamanha importância política e econômica que justificasse medidas repressivas em seu espaço. Por outro lado, muitos dos perseguidos pelo golpe guardaram, ao longo do tempo, sigilo quanto às suas prisões, indiciamentos e interrogatórios...

É preciso entender, de imediato, que as memórias são sempre seletivas, parciais, localizáveis no tempo e espaço, pois são também, diga-se, produtos de embates políticos e identitários.

Embora até mesmo no *Almanaque da Parnaíba* exista essa negação das consequências negativas do golpe, historiadores como Leandro Castro demonstram que essas informações estavam equivocadas, isso faz parte de um projeto arbitrário de famílias tradicionais parnaibanas em apagar ou silenciar o passado. Sobre isso, Pollak descreveu: “os esquecimentos e silêncios, propositais ou não, dizem muito sobre o grupo do qual se deseja pertencer”. Como destacado por Pollak, esses silêncios são tão reveladores quanto os próprios relatos, evidenciando os interesses de grupos que moldam o que deve ser lembrado ou esquecido.

A imprensa, no contexto parnaibano, desempenhou um papel ambíguo, isso significa que em alguns momentos é possível vê-la colaborando com o regime para garantir sua continuidade, mas também sendo forçada a negociar suas publicações diante da violência perseguidora que estava acontecendo em busca de infiltrados comunistas. Portanto, a relevância desse trabalho reside na capacidade de trazer à tona essa fonte nesse recorte, mostrando que o impacto da ditadura em Parnaíba foi real e profundo, seja por meio de ações contra a luta de professores de Parnaíba, como apontou Roberto Kennedy Gomes Franco (2014), ou da intervenção militar na Estrada de Ferro Central do Piauí, na mesma cidade, conforme estudou Claudia Cristina da Silva Fontineles e Maria Dalva Fontenele Cerqueira (2020), contrariando dessa maneira, as tentativas de apagamento histórico promovidas por setores conservadores da cidade,

A partir desse panorama, é importante mencionarmos e entendermos a relevância de trabalhos acadêmicos como esses, e a partir da análise crítica, podemos perceber a contribuição da imprensa na construção dessa memória presente. Retomando a fonte, o jornal, durante o período estudando, fez de tudo para permanecer circulando quando a repressão começou, isto é, precisou negociar suas publicações, entrevistando, inclusive, militares. Sim, a repressão chegou a Parnaíba e, diferente das negações descritas acima, ela chegou com força e como uma onda forte do mar, arrastou consigo medo aos cidadãos parnaibanos.

No contexto piauiense, logo após a instauração do Regime, iniciou-se uma ação estatal denominada de “Operação Limpeza”, que começou em Teresina-PI e se estendeu para outras cidades do estado” (Fontineles; Cerqueira, 2020, p. 365). Conforme as ações repressivas pelo Piauí, Roberto Kennedy Franco Júnior (2014) comenta que a “Operação Limpeza” teve como um dos alvos Campo Maior, Piripiri e Parnaíba. Acerca das ações realizadas na principal cidade do norte do Piauí, a polícia repressiva estava em Parnaíba, batendo nas portas de trabalhadores e trabalhadoras, líderes de sindicatos e até mesmo fechando estradas em busca de infiltrados comunistas (Castro, 2021, p.174). Dentre as ações repressivas, merece destaque a intervenção militar feita contra a estrada de ferro, na qual foram presos membros da União dos Ferroviários do Piauí e Diniz Alberto da Mota Solheiro, engenheiro e diretor superintendente da Rede Ferroviária, todos, acusados “de apoiar as práticas subversivas e a ideologia comunista dentro da empresa” (Fontineles; Cerqueira, 2020, p. 368). Sobre essa violência em Parnaíba, é importante nomear quem estava por trás dessas ações. Leandro Castro argumenta sobre as intenções desses militares e principalmente como agiram na cidade litorânea, como ele afirma:

(...) Quanto a política repressiva adotada em Parnaíba, logo após o golpe, um Inquérito Policial Militar foi aberto pelo comandante da Guarnição Federal em Teresina, o coronel Francisco Mascarenhas Façanha, e pelo capitão da infantaria Gladstone Weyne Rodrigues, tendo o capitão de infantaria Clidenor de Moura Lima, sido encarregado pelo IPM. O argumento utilizado, bastante frágil e genérico, era o de que “elementos ligados a ideologias extremistas estavam praticando atos de subversão e agitação contra a ordem social e política”, nessa cidade. Mas, quais eram os temores dos militares quanto à organização da classe trabalhadora local que justificasse tal medida? Percebe-se de imediato, que estavam atentos a quaisquer sinais de que pudesse ocorrer o fechamento de canais de acesso à Estrada de Ferro Central do Piauí, ou uma greve geral em órgãos importantes da cidade, como forma de demonstração de apoio ao governo João Goulart pela classe trabalhadora norte-piauiense. Bem como temiam a circulação de armas de fogo nos meios sindicais locais.

O autor detalha a atmosfera da cidade de Parnaíba no início do ano de 1964, mais precisamente entre abril e maio. O clima de repressão tomou conta das instituições públicas e a principal ameaça para os militares foi muito bem desenhada na *Folha do Litoral do Piauí*. O público não é uma massa amorfa, para se avaliar a força da imprensa há que se levar em conta também a resposta do público e os efeitos reais do periódico, isso significa que pode haver apropriações diferentes e usos diversos pelos editores de modo que análises ingênuas do jornal devem ser evitadas (Motta, 2013, p.65). Em outros termos, o jornal segue uma demanda do público, mas cabe ao veículo escolher o “como” fará para atender essa demanda. Isto é, se em 1964 Parnaíba já anunciava prisões de líderes sindicais por militares justificadas em “evitar ideologias extremistas” as pessoas iriam querer saber, que ideologia é essa? Por que tantos presos?

No jornal *Folha do Litoral do Litoral*, a forma que eles usaram para responder essas questões foi entrevistar diretamente os responsáveis por ela. Diferentes caminhos poderiam ter sido tomados a partir de então, mas os editores deram “nome aos bois” e deixaram bem nítido o inimigo, os combatentes e sobretudo, os prognósticos que iriam se seguir de abril em diante. Vamos observar somente trechos dessas entrevistas agora:

“INICIADAS EM PARNAÍBA BATIDAS CONTRA ELEMENTOS COMUNISTAS, AGITADORES OU COLABORADORES DO CREDO VERMELHO. INÚMEROS LÍDERES SINDICAIS DETIDOS PARA AVERIGUAÇÕES.”

“BLITZ EM PARNAÍBA DE REPRESSÃO A ATIVIDADES SUBVERSIVAS” (trecho de entrevista do jornal FL diretamente com o chefe da missão policial-militar que operava a repressão em Parnaíba Cap. Gladstone Weyne Rodrigues)

– Em virtude da ausência de uma entidade militar com comando nesta área, Parnaíba era tida como uma terra livre, no que tange a atividades subversivas. Apesar disto, a situação local não corresponde ao quadro que era apresentado, sendo por conseguinte, pouco assustador.

– E por que tantas prisões? Perguntamos.

– Tivemos que efetuar, como está ocorrendo em todo o Brasil e várias batidas nos sindicatos de classe. Seus principais dirigentes, tiveram de ser detidos para que possam esclarecer sua participação ou não no movimento de comunização do País. Mas é conveniente que todos saibam, que na ausência de quartel de exército em

Parnaíba, tivemos que recolher a todos na Cadeia Pública, porém, com tratamento humano e compatível e inteiramente separados de presos comuns, sem quaisquer constrangimentos pessoais ou maltratos físicos.

– Essas prisões se justificam pelo lado de culpa?

– Claro. Apesar de já muito tarde, conseguimos reunir algum material subversivo, como recortes de jornais, jornais comunistas, panfletos, revistas de doutrinação marxista, correspondência e mais alguma coisa. Por exemplo, (e exibiu-nos: esta carta de um redator da Rádio de Praga, solicitando vinculação ideológica. Foi encontrada nos arquivos do sindicato dos foguistas (entidade da navegação marítima)

- Já identificou algum elemento realmente comunista?

– Sem dúvidas. Entre os líderes sindicais recolhidos à prisão, destaco elementos agitadores que atuam em classe sindicalizadas. Vamos proceder uma investigação completa nas suas diversas frentes de atividades, naturalmente com o cuidado necessário de modo a ser evitado qualquer abuso ou injustiça. (*Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, 1964, p.01)

A entrevista exemplifica a construção de um discurso anticomunista, amplamente propagado pela mídia da época. O tom alarmista ao mencionar a "comunização do País" e as "atividades subversivas" se alinha ao que Sá Motta identificou como um dos elementos centrais da conspiração: a disseminação do medo como estratégia para justificar ações autoritárias. A repressão era apresentada como necessária e legítima, mesmo sem provas concretas de atividades subversivas. Essas medidas “preventivas”, assim como nesse jornal, outros periódicos da época espalharam sobre a ameaça comunista que iria dominar o Brasil, podemos observar que a imprensa como um meio de comunicação importante era ótima para multiplicar a onda anticomunista em todo o território nacional (Oliveira, 2008, p. 385).

O anticomunismo carregava consigo um clima de terror para todo cidadão e se intensificou pelo menos desde os meados dos anos 1961-1962 e, sobretudo, após a ofensiva do *reformismo radical* no final de 1963 e início de 1964, ou seja, os quatro anos de recorte dessa pesquisa foram marcados por graduais investidas contra o credo vermelho que para a elite agrária da região ameaçava a propriedade privada e o cristianismo católico (Castro, 2021, p.176). Isso ampliou o número de setores que apoiaram o golpe de 1964 para além dos conservadores, segundo o historiador Celso Castro:

O golpe militar de 1964 contou com o apoio de expressivos setores da sociedade brasileira: empresários, Igreja, latifundiários, grande imprensa e parte da classe média. Era uma sociedade ainda majoritariamente conservadora e que realmente tinha medo do “perigo comunista”. Além disso, devemos também lembrar a figura, evocada por Castello Branco, dos políticos que, qual “vivandeiras”, batiam às portas dos quartéis, pedindo que os militares agissem. No entanto, passados 40 anos do golpe, quase ninguém se identificava publicamente com a ditadura, mesmo aqueles que, anos antes, a apoiaram ou que dela se beneficiaram.

Em 1964, no Piauí, o jornal tentou explicar ao público tudo que estava acontecendo no país, principalmente no âmbito local. Mas, a perspectiva que ele trazia era na maioria das vezes dos militares e não havia sequer um parágrafo comentando criticamente sobre a

perseguição aos trabalhadores e trabalhadoras piauienses, ou mesmo, a alta crise econômica que estava acontecendo, inclusive, o povo era representado com reclamações dos preços dos alimentos altos em demasia nas colunas “A voz do povo” e “Notícias da cidade”.

Noticiar meramente por expor, não é o suficiente para explicar ao povo que se tratava de uma repressão aos trabalhadores sindicais, o Brasil estava sem democracia e já não havia mais naquele momento como calar-se diante das violências ao direito democrático, mas, o jornal *Folha do Litoral do Piauí* — o mesmo que anteriormente anunciava a Reforma Agrária — calou-se e adaptou-se às condições políticas do momento em que estava inserido. Essa postura pode ser interpretada como uma estratégia de "acomodação", conceito trabalhado por Rodrigo Patto Sá Motta em *Jango e o Golpe de 1964: a história de uma conspiração*. Segundo o autor, diferentes atores políticos e sociais buscaram ajustar-se ao novo regime autoritário para preservar seus próprios interesses, mesmo que isso significasse sacrificar princípios democráticos e se adaptar às condições políticas do momento em que estava inserido.

O bissemanário parnaibano optou pelo caminho da sobrevivência do periódico, assim como o prefeito Lauro Correia o fez, ambos negociam com os militares. O prefeito porque sabia que seria cassado, tal qual como ocorreu, segundo o jornal *FL*, os representantes de Buriti dos Lopes e Luís Correia - os dois eleitos também pelo PTB e destituídos aproximadamente no mesmo período. Sendo assim, o jornal apertou a mão do capitão por medo de fechar as portas e o prefeito por medo de ser expulso do cargo. Este é mais um trecho do jornal, mas dessa vez trata-se de uma manchete com entrevista cedida ao jornal, nela está sendo tratada sobre a ocupação militar da estrada de ferro central do Piauí:

“EXTIRPAÇÃO DO COMUNISMO”: Levando em conta a atual decisão das Forças armadas de extirpar a propagação comunista no Brasil, o Capitão Julio César de Almeida Dutra conclui:

– O nosso propósito é tranquilizar o país, é proteger o nosso regime de liberdade e de modo particular, a família brasileira. Aqui mesmo em Parnaíba, fomos forçados a determinar medidas rigorosas visando a paralisar a ação nefasta de agitadores comunista ou pseudo-comunistas, no sentido de a cidade não sofrer qualquer perturbação da ordem. Estamos vigilantes e o nosso patriotismo nos impõe o sentido de legalidade e respeito às instituições democráticas. Finalmente chegou a vez do comunismo desaparecer.

O jornal noticiou que essa entrevista aspira orientar principalmente a opinião pública. O Capitão dos Portos do Piauí, um dos envolvidos na tomada da Estrada de Ferro e apontado em seguida para assumir a direção da Estrada de Ferro Central do Piauí enquanto interventor militar (Fontineles; Cerqueira, 2020), foi o escolhido para essa missão de “orientar” essa opinião coletiva. Até esse ponto, já foi possível entender quais as mudanças que o jornal fez

em 1964, ele assume a sua não-criticidade em relação ao medo de fechar. Foram veiculadas uma série de entrevistas e todas meramente expositivas, não há mais artigos de opinião sobre as invasões ou prisões na Parnaíba, nem mesmo a colunista do “Crônica teresinense” escreveu sobre o ocorrido. Na realidade, a opinião da redação no mês do golpe foi fruto de seu tempo, enganados pelo mito da defesa de uma pátria livre do comunismo, isso é demonstrado em um artigo na capa do jornal do mesmo mês:

Trecho de Artigo na capa do jornal com título “Nova Fase”

Em consonância com o Ato Institucional firmado pelos comandantes militares e chefes da revolução que derrubou o governo João Goulart, o Congresso Nacional a 11 deste mês através do voto indireto, elegeu os novos Presidente e Vice-Presidente da República. A escolha recaiu nas pessoas dos patrícios General Humberto Castello Branco, figura das mais equilibradas e respeitáveis das nossas forças armadas e José Maria Alkmim, Deputado federal da poderosa bancada mineira, pertencente a legenda do P.S.D ex-Ministro da Fazenda ao tempo de Juscelino Kubitschek e político dos mais atuantes e hábeis da República” (...)

“A preocupação dos chefes militares em restabelecer por inteiro os nossos vínculos de Nação democrática, esmagando o credo extremista que se achava infiltrado nas nossas instituições e com intuítos de golpear mortalmente a administração do País, há de ser bem interpretada por todos que amam as liberdades e zelam por esse sagrado patrimônio histórico. (...)

Assim, todos os brasileiros devemos saudar o novo mandatário da nação, oferecendo-lhe condições e mesmo sacrifícios, a fim de S. Excia poder a todos, oferecer um pouco mais de bem estar social e o justo orgulho que a cada patrício, compete nutrir pela sua pátria.

Qual recomendação o editorial fez aos leitores? Logo no fim do parágrafo, a resposta é evidente e crua: “Devemos saudar o novo mandatário da nação”. Os dias que seguem são de aclamação e admiração aos militares das forças armadas do Brasil na cidade litorânea de Parnaíba, através de palestras no auditório do SESC e da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Segundo o historiador Marcos Napolitano, a parceria entre a igreja católica e os direitistas conservadores aconteceu bem antes de 1964, mais especificamente em 1962, para ele: “Nesse ano, a grande estrela do anticomunismo católico chegou ao Brasil com pompa e circunstância. Sob o lema “A família que reza unida permanece unida” (...) a técnica do rosário contra o comunismo foi incorporada pelas classes médias em terras tropicais” (Napolitano, 2015, p. 74). Desse modo, a igreja católica não só apoiou o golpe, como também deu fôlego a ele - a imprensa parnaibana narrou cada passo dessas investidas.

Como notamos, os meios de comunicação estavam sofrendo reformas logo no início das ações de segurança nacional, para Lucas Borges de Carvalho:

Como se pode observar, no âmbito da Doutrina da Segurança Nacional os meios de comunicação eram vistos como um espaço central no embate com o comunismo, dada a sua forte influência na formação da opinião pública. Segundo essa leitura, se não vigiados pelo Estado, os meios de comunicação poderiam veicular mensagens perniciosas, capazes de alimentar uma mudança nos padrões de comportamento ou uma maior incidência de contestações às autoridades e ao regime político então vigente.

Ou seja, os militares sabiam do potencial formativo do jornal *Folha do Litoral do Piauí*, foi uma longa caminhada desde 1962 até o ano de 1964 para os parnaibanos líderes políticos, manterem sua confiança no periódico de João Batista Silva. Era preciso vigiar tudo ao redor para não permitir que ninguém atrapalhasse o golpe em andamento. A “Operação Limpeza”, dentro da imprensa piauiense se dividiu em dois momentos para justificar a prisão dos líderes sindicais, sendo eles: forma de “livrar” a sociedade piauiense do perigo da infiltração comunista, que ameaçava a ordem e no segundo momento: como uma necessidade de retirar elementos corruptos públicos importantes para a cidade e o estado (Castro, 2021, p.178). O *FL* acompanhou essa vanguarda, sendo instrumento de apaziguar essa massa popular inquieta com tudo acontecendo tão rapidamente e de forma violenta.

A operação descrita refere-se a uma perseguição dividida em dois interesses: afastar inimigos políticos e prolongar a repressão depois do entrave vencido. De acordo com Rodrigo Motta: “A expressão operação limpeza foi utilizada por agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados - comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda”. O ano de 1964 foi marcado por essas perseguições e como foi afirmado anteriormente, houve um projeto de apagar essas investidas em Parnaíba e ao usarmos o jornal como fonte, podemos captar o reflexo das tensões e debates nacionais, que, ao serem filtrados pelo contexto local, revelam as particularidades de cada região. O uso de jornais na pesquisa em História permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas políticas, tanto locais quanto nacionais, evidenciando como as narrativas jornalísticas ajudam a moldar e amplificar o impacto das decisões políticas no cotidiano da sociedade. Diante disso, o jornal *Folha do Litoral do Piauí*, cujo lema crítico, independente e noticioso, traz uma reflexão sobre pesquisas históricas em jornais locais: as notícias são carregadas de críticas, mas oriundas do corpo editorial e suas decisões internas e sua independência é apenas para efeito de convencimento dos leitores, os jornais locais possuem conjuntura nacional, são carregados de política e de ideologia, não há jornal neutro e essa pesquisa é reflexo dessas questões.

Considerações finais

Conforme foi analisado, a imprensa não se organiza de forma avulsa no sistema democrático, os jornais são, antes de tudo, formadores de opinião pública. Em tempos de decisões políticas importantes, eles podem não somente incentivar, mas também propagandear ideologias partidárias a fim de eleger seus candidatos. Na análise do jornal *Folha do Litoral*

do *Piauí*, objeto dessa pesquisa, percebemos esse matutino como veículo de influência política e formador de opinião pública no Piauí entre 1961 e 1964, e podemos evidenciar o potencial da imprensa em atuar não apenas como observadora, mas parte ativa nos processos democráticos e nos desdobramentos sociais e políticos locais. Essa questão foi possível de responder, porque todo o apanhado do ano eleitoral de 1963 do periódico deu força ao candidato petebista Lauro Correia Lima e um ano depois, esse apoio seguiu firme até mesmo quando a ideologia partidária foi abandonada com objetivo de agradar aos militares e não ter o jornal fechado. Ao passo que João Batista fez o periódico resistir, mesmo em tempos complicados, ele também utilizou a folha como reprodução de discursos do governo vigente e de suas ideologias partidárias.

Embora o jornal tenha sido perpassado por dois governadores, dois prefeitos e o fim de mandato presidencial que a partir de um golpe de estado formou uma ditadura, o fio condutor da maioria desses posicionamentos é a crítica. O jornal *Folha do Litoral do Piauí* aplicava suas críticas em geral, em colunas na primeira capa do periódico, são exemplos: “Notícias da cidade” e “Flashes da capital”. A redação usava de questões do interesse público para atrair leitores e no corpo do texto, aquecia o discurso partidário, tal qual uma armadilha de pássaros. Por exemplo, o jornal noticiava o aumento no preço da carne de segunda, reclamar da inflação era um debate quente, visto que, o número de edições que trazem na capa notas sobre isso é demasiado. Essas críticas refletem não apenas uma postura de oposição ou alinhamento político, mas também revelam um dilema intrínseco à imprensa regional: até que ponto os veículos de comunicação podem realmente representar as vozes locais e atender aos anseios do público sem sucumbir às pressões políticas ou ideológicas? Esse é o caminho que deixamos em aberto para provocações como essa.

A imprensa opera de acordo com seus interesses comerciais e ideológicos. Em Parnaíba, era preciso, antes de tudo, os jornais circularem bem e terem muitos patrocinadores. Dito isso, podemos compreender que sobreviver é urgente para um jornal. Por exemplo, ao encerrar o recorte em 1964, ano do golpe civil-militar, percebemos uma transformação na postura editorial do *Folha do Litoral do Piauí*. É a partir desse recorte que respondemos à pergunta central desta pesquisa, sobre o posicionamento desse bissemanário parnaibano. O jornal, que até então se manifestava ativamente em suas colunas de destaque e que foram amplos espaços de debates sobre sua conexão ao PTB, vê-se diante da necessidade de reposicionar-se para sobreviver em um regime que cerceava a liberdade de expressão. O novo contexto levanta questões sobre a adaptação da mídia aos regimes autoritários e o impacto de tais adaptações na memória coletiva.

O papel da imprensa em tempos de repressão é muito mais que apenas noticiar, mas manter a crítica democrática ao povo, reforçar a cidadania em meio ao silenciamento, em outras palavras, quero dizer que articular e organizar nossos interesses nos veículos que consumimos diariamente é sobretudo, uma forma de resistência. Este estudo buscou, portanto, mais do que compreender o conteúdo editorial de um periódico; ele trouxe questões fundamentais sobre a relação entre imprensa e política. Diante das mudanças que o *Folha do Litoral do Piauí* foi obrigado a fazer, a reflexão é que a imprensa não apenas molda, mas também é moldada pelos eventos que cobre. Essa pesquisa é apenas o começo de uma discussão que envolve historiadores e historiadoras que acreditam no papel fundamental da imprensa na preservação da democracia e no seu poder de influenciar os rumos de um governo dentro da República. Em que, mesmo sendo *crítico, independente e noticioso*, o jornal, inicialmente petebista e trabalhista, negociou toda sua ideologia partidária com os militares em troca de continuar circulando. Essa análise marca o início de novas discussões do golpe em Parnaíba a partir de jornais como o *FL* em um contexto de Piauí desenvolvimentista marcado pelo nacional-reformismo e por uma perspectiva de futuro construída na indústria e no comércio.

Referências

Fontes

- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 2, n. 8, 11 fev. 1961. np
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 3, n.65, 5 mai. 1962, p.6-7
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n.168, 9 jan. 1964, p.1-2
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 4, n.125, 15 jun. 1963
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, ano 5, n 115, 6 abr 1963
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 3, n.120, 11 mai.1963
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n.171, 19 jan. 1964, p.5
- Jornal *Folha do litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 4, n. 135, 24 ago. 1963
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 4, n. 139, 18 set. 1963
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 3, n.116, 13 abr. 1963
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 3, n.110, 2 mar. 1963
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 3, n.112, 15 mar. 1963
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 3, n.114, 30 mar.1963
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 3, n. 196, 23 abr. 1964, p.01
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n. 198, 30 abr. 1964, p.02

Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n.200, 7 mai. 1964, p.05

Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n. 203, 17 mai. 1964, p.01

Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n. 204, 21 mai. 1964, p.01-05

Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n. 208, 4 jun. 1964, np

Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n.196, 23 abr. 1964, p.01-05

Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n.195, 19 abr. 1964, p.95

Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n. 193, 12 abr. 1964, p.05-06

Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n.192, 9 abr. 1964, np.

Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 4, n.169, 12 jan. 1964

Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n.171, 19 jan. 1964

Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 4, n.166, 1 jan. 1964

Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 4, n.168, 9 jan, 1964

Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n.172, 23 jan.1964

Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n.170, 16 jan. 1964

Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n.174, 30 jan. 1964

Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n.220, 16 set. 1964

Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n.228, 14 ago. 1964

Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n.195, 19 abr. 1964

Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 4, n.125, 15 jun. 1963

Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 4, n.131, 27 jul.1963

Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 4, n.132, 3 ago.1963

Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 4, n. 137, 7 set.1963

Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 4, n.145, 11 out. 1963

Bibliografia

BARBOSA, Marialva Carlos. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. *Em Questão*, v. 12, n. 2, p. 215-234, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARDOZO, Anderson. 1960. Sudene—resistência e desconfiança. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 6, n. 8, p. 35-43, 2018.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, p. 167-178, 1999.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. Em nome de Deus, da democracia e da terra: representações anticomunistas na década de 1960 no Piauí. *Antíteses*, p. 373-406, 2008.

DE CASTRO, Francisco José Leandro Araújo. 1964: Memórias e Culturas políticas no Piauí, vol. 1. 2022.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano*, vol. 3. 2003.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, v. 28, p. 43-59, 2012.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva; CERQUEIRA, Maria Dalva Fontenele. Rompendo o silêncio: narrativas orais sobre a intervenção militar na Estrada de Ferro Central do Piauí (1964). *História Oral*, 23(2).

FRANCO, Roberto Kennedy Gomes. Um espectro ronda Parnaíba, “terra livre das atividades subversivas de comunização do Brasil” (1960-1980). *Revista Ciências & Letras*, Porto Alegre, v. 56, p. 62-80, 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LUCA, Tania Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, 149-175.

MOURA, Gustavo Silva de. *Acham que somos alienados: o rock na imprensa do litoral do Piauí nos anos 1970-80*. 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964: a história de uma conspiração*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 14, n. 26, p. 62-85, 2013.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. *Da terra ao céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)*. 2016.

PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 1. ed. Teresina: Zodíaco, 1987.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. *Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*. 2010.

WEBER, Daniela Maria. Metodologia para pesquisa em imprensa: experiências através d’o paladino. *Revista Signos*, v. 33, n. 1, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. Editora Contexto, 2015.